

**CLASSE TRABALHADORA NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E
UNICIDADE ORGÂNICA DO TRABALHO: OS POVOS CERRADEIROS NA
LUTA POR UM TERRITÓRIO LIVRE.**

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça¹
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão

Rua – Cassiano M. Teixeira – 510, Bairro Santa Terezinha

Catalão/GO – CEP - 75709590

mendoncaufg@gmail.com

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior²
Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus
Presidente Prudente.

Rua – Tomogiro Ochiay – 334, Jardim Bongiovani

Presidente Prudente/SP – CEP - 19350060

thomazjrgeo@prudente.unesp.br

RESUMO

As transformações espaciais, decorrentes das mudanças aceleradas pela reestruturação produtiva do capital, promoveram uma efervescência política no campo brasileiro, propiciando uma agudização das contradições e redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. A estratégia do capital se concretiza em novas formas de controle social, mas as alterações no conteúdo das classes sociais forjadas no enfrentamento do capital e do trabalho implicam em novas (re)arrumações espaciais, produto-produtor da *contradição viva* e, portanto, condição potencial para a emancipação social. Os camponeses e *trabalhadores da terra – Povos Cerradeiros*³, ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las deslocando-se para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificando a ocupação das terras, mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais, possibilitando a diversos trabalhadores enxergarem, no retorno à terra, o resgate da *dignidade roubada*, ou jamais conquistada.

Palavras-chave: áreas de Cerrado; camponeses; classe trabalhadora; unificação orgânica do trabalho; *Povos Cerradeiros*.

INTRODUÇÃO

A conformação espacial do campesinato brasileiro, historicamente, se verificou junto às áreas de produção capitalista. O campesinato nasceu e recriou-se a partir da histórica expropriação, da mobilidade espacial e das migrações. A desterritorialização vivenciada pelos camponeses e *trabalhadores da terra*⁴ se intensificou com a crescente tecnificação da agricultura moderna, na medida em que o sentido do trabalho rural se modificou. Assim, ainda hoje, aparece como algo crescente o fenômeno das migrações, ou seja, daqueles trabalhadores que não conseguem se reterritorializar e buscam nos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária a alternativa para a sobrevivência.

À medida em que as terras são incorporadas ao circuito produtivo para a produção de mercadorias, parcela desses expropriados são forçados a migrar para áreas mais distantes, que se consubstanciam na recente fronteira agrícola das áreas de Cerrado e das bordas da Amazônia, constituindo uma *agricultura da abundância*. Desterritorializados e reterritorializados nas áreas de fronteira, constituem *identidades na terra*, sem vínculos diretos com o mercado, tendo como principal objetivo a reprodução social da família. No território brasileiro, desde a organização espacial na colônia, os camponeses e trabalhadores livres viviam nos arredores da economia açucareira produzindo alimentos, inclusive para os engenhos. Aos poucos, se configuraram em territorialidades imbricadas, constituindo a agricultura camponesa e a agricultura capitalista, na gênese do processo de constituição da sociedade brasileira.

Prado Júnior (1981) conceitua os camponeses como trabalhadores e pequenos produtores autônomos que ocupando a terra a títulos diferentes (proprietários, arrendatários, parceiros) exercem a sua atividade por conta própria. Cândido (1975) lembra que posseiro e agregado são categorias transitórias, ou seja, não possuem títulos legais e podem ser expulsos a qualquer momento da terra. Mas o posseiro possui um argumento moral de certa forma aceito pela

sociedade, diferentemente do agregado, que está sujeito às exigências do proprietário da terra. O agregado, à medida em que se enraíza na terra passa a ter o direito de posse, daí o receio dos proprietários rurais em permitir que os agregados ficassem por longo tempo residindo em suas terras.

A discussão conceitual sobre o campesinato é retomada com o intuito de repensá-lo enquanto classe trabalhadora e, assim, perceber que as ações políticas envidadas pelos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária necessitam ser ampliadas, sob pena de não reconhecermos a sua relevância na contemporaneidade como sujeitos que *re-Existem* (GONÇALVES, 2003) na terra e para ter acesso à terra. Williams (1989) prefere não utilizar o termo campesinato quando se refere aos trabalhadores rurais, pois há um *caleidoscópio* de situações e relações sociais de produção, possibilitando o consorciamento de modalidades de trabalho, o que dificulta a generalização das diversas categorias de *trabalhadores vinculados à terra* no conceito de campesinato. Novos conteúdos expressam a existência de uma gradação de classes sociais no campo. “(...) essas pessoas eram proprietários, arrendatários, comerciantes, artesãos e trabalhadores, e essa estrutura social “(...) é radicalmente diferente, quanto a sua variedade, suas nuances e muitas de suas atitudes humanas básicas da estrutura de um campesinato.” Williams (1989, p. 273).

CAMPONESES: classe trabalhadora?

Ao pensar a classe trabalhadora na contemporaneidade e, concretamente, esmiuçada a partir da territorialização das empresas rurais nas áreas de Cerrado, algumas indagações são pertinentes: primeiro é necessário compreender os camponeses como classe trabalhadora, mesmo porque na área pesquisada – Sudeste Goiano – são protagonistas da mais expressiva e importante ação política contra o capital. Todavia, sabe-se que essa ação está eivada de paradoxos, uma vez que lutam pela permanência da propriedade

individual da terra, mas, ameaçados pelo agronegócio e pelas barragens, se mobilizam na defesa de seus interesses e acabam por expressar possibilidades emancipatórias. Não apenas por isso, mas também pelo conteúdo das relações estabelecidas, diante do surgimento de diversas categorias de trabalhadores que desejam a terra e, assim, iniciam um gradativo movimento de diálogo em torno de reivindicações comuns – a terra.

Fabrini (2002) amplia a compreensão de camponês, considerando-o como um agente que possui uma historicidade que atua por dentro das relações capitalistas, sem, no entanto, submeter-se às imposições universalizantes do mercado e de suas formas de apreender o mundo, se metamorfoseando para assegurar a sobrevivência na terra. O novo é que na construção da *re-Existência* a ação política empreendida contém elementos indagadores da ordem societal e, assim, pode possibilitar a emancipação social.

Thomaz Júnior (2001, 2002, 2003) visa *des-velar*, a partir do rebatimento da reestruturação produtiva do capital no trabalho, ações políticas com cariz revolucionária, indicando a presença de novos elementos na relação cidade-campo que, potencializados, podem alavancar a luta pela terra e pela reforma agrária enquanto condição para a emancipação social. Esses novos elementos não estão apenas na ação política, mas, sobretudo, nos rearranjos espaciais, decorrentes da reestruturação produtiva do capital e das novas conformações sociais do trabalho, propiciando uma “classe trabalhadora” mais ampla, porém, diversa e plural e, a cada dia, mais pauperizada e espoliada pelas forças do capital. Isso redundando na *contradição viva* não exatamente a partir da luta entre burgueses e proletários, mas da luta entre aqueles que possuem os meios de produção e a maioria absoluta, que possui apenas a força de trabalho e, ainda assim, não encontra as condições adequadas para vendê-la.

Diversos elementos são (re)construídos e (re)inventados como forma de assegurar a permanência da produção camponesa. Atualmente, é possível perceber a tentativa de uniformizar as formas de uso e exploração da terra, hegemônicas pelas empresas rurais. Contudo, a ação política construída

pelos *trabalhadores da terra* e camponeses na defesa da *terra de trabalho* implica no fortalecimento da reforma agrária, demonstrando a *re-Existência* desses sujeitos sociais que buscam nas áreas urbanas o apoio necessário para publicizar e manter a ação política na luta pela terra e na defesa da reforma agrária. Tudo isso nos estimula a pensar que há um tensionamento favorável ao rompimento das fronteiras (intelectual e politicamente) que nos mantêm distantes da compreensão das mutações que atingem frontalmente a classe trabalhadora, particularmente, no Brasil. Isto tendo em vista os diversos casos em que os trabalhadores se inserem em diferentes atividades laborativas num mesmo ano fiscal, mudando dessa para aquela categoria sindical ou enquadramento funcional, tal como de camponês a proletário/formal e/ou informal e vice-versa, sem que isso tenha qualquer importância (teórica e prática) para esses *mortais*, diante do fato de não ser possível, para alguns, enquadrar o camponês na classe trabalhadora, até porque, se de um lado é inadmissível, pois nunca houve feudalismo no Brasil, por outro é uma classe à parte, tão à parte que não pode ser entendida no âmbito do trabalho, da classe trabalhadora.

Fabrini (2002) enfatiza o processo histórico de exclusão do debate político, a que foram relegados os camponeses no Brasil. O marxismo oficial (divulgado e massificado pelos agentes políticos sem uma interpretação mais cuidadosa da obra de Marx), envolto no debate clássico acerca do papel do campesinato no processo revolucionário, hegemonizado pela concepção de que a expansão das relações capitalistas no campo, por si só, solucionaria essa questão, sucumbiu mediante a multiplicidade de conflitos de caráter revolucionário, com a presença maciça dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*. Não houve nenhuma revolução no século XX que não contasse com o apoio e com a força do campesinato.

Amin e Vergopoulos (1986) destacam a existência de especificidades nas relações capitalistas, pois a análise, a partir apenas da mercadoria, uniformiza a discussão e não permite que apareçam as diferenças existentes no interior do capitalismo, dentre elas, a renda da terra e o

campesinato. A renda da terra foi entendida por Marx como um equivalente de mercadoria, na análise da questão agrária e da interpretação dos camponeses, portanto, parte constitutiva do processo de extração da mais valia. Ao se transformar em mercadoria, a partir do momento que é colocada para produzir, a terra, apresenta especificidade no capitalismo.

Considerando que há, gradativamente, a padronização das relações sociais de produção, interpretando-se o campo a partir do referencial urbano-industrial, o campesinato tenderia a desaparecer, na medida em que a sociedade urbana e industrial se universalizasse. E nesse universo da produção de mercadorias a partir da teoria do valor não havia para o marxismo oficial lugar para os camponeses. A universalização do mundo, a partir da leitura racionalizada da mercadoria, negou qualquer possibilidade de apontar diferenciações e/ou de reconhecer as múltiplas formas de produzir que, embora subsumidas ao capital em graus distintos, apresentam singularidades. “A teoria da racionalidade da mercadoria denuncia a irracionalidade do campesinato. A partir da racionalidade da mercadoria e da economia política, o campesinato foi considerado como de fora do modo de produção capitalista.” Fabrini (2002, p. 33).

A ideologia do trabalho fabril tão está impregnada em nossas interpretações e análises que quase nos esquecemos de que o trabalho acumulado é resultado da incorporação incessante do trabalho vivo, no campo e na cidade, às condições de realização do valor. Há que se considerar que algumas análises desenvolvidas pelos marxistas mais ortodoxos apresentam linearidade política, haja vista a necessidade do “desenvolvimento econômico”. Todavia, estavam parcialmente equivocados, uma vez que partiam do princípio do desenvolvimento desigual e combinado e da luta de classes para compreender a existência do campesinato e excluía qualquer possibilidade de diferenciação, não reconhecendo as múltiplas manifestações sócio-culturais como elementos relevantes na análise da questão agrária e do papel sócio-político dos camponeses.

As clássicas concepções acerca do campesinato não perceberam a relevância desses sujeitos sociais na constituição de uma ação política transformadora, gradativamente construída, à medida que iam sendo expropriados dos meios de produção e, portanto, das suas condições de existência. A relevância da participação dos camponeses no processo revolucionário durante o século XX não pode ser secundarizado, sob o risco de apreender as “visões europeizantes” e, assim, não perceber a multiplicidade de atores e formas de uso da terra, espalhadas pelos territórios mundiais.

Marx e Engels (1998) denunciam as atrocidades provocadas pelo capitalismo e alertam para a necessidade dos trabalhadores se organizarem para superá-lo. A argumentação desenvolvida ao discutir a relação cidade-campo promoveu a cidade como o berço da civilização em contraposição à *idiotia rural*. Entretanto, não se pode perder de vista o contexto histórico e a natureza da ação política empreendida, que colocava diferentes atores sociais e políticos no espectro da classe trabalhadora. Ainda, é necessário considerar as fontes de que dispunha Marx quando mencionou essa polêmica.

Williams (1989) chama a atenção para a falsa idéia de que a agricultura, a economia rural e/ou o trabalho agrícola não são mais importantes na atualidade. Diz que até aceitou essa idéia por algum tempo, mas se sentia muito incomodado e, assim, resolveu buscar nas origens dessa tese a argumentação para elaborar a contraposição. Constatou que essa visão era uma construção dos países imperialistas urbanos e industrializados, pois esses países objetivavam uma padronização a partir das realidades vivenciadas, sem considerar a vastidão de experiências dos povos espalhados pela superfície terrestre, agora submetidos aos ditames da economia de mercado.

Desde a famosa frase chinesa a respeito da revolução mundial, “o campo cercava as cidades”, os *trabalhadores da terra* vêm sendo uma das principais forças revolucionárias. O que dizer da revolta de Chiapas, da mobilização dos indígenas na América Andina e, principalmente, dos movimentos sociais que lutam pela terra no Brasil, com destaque para o MST – Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra? Esses argumentos colocam em debate a posição de parcela dos “marxistas ortodoxos” que se recusaram a pensar o papel do campesinato na construção de uma nova sociedade, pois, para eles, este estava fadado à extinção, na medida em que o capitalismo avançasse e se territorializasse no campo⁵.

O campesinato, em função do sentimento de propriedade, seria um entrave ao processo revolucionário e à construção do socialismo. Mesmo os camponeses pobres, aqueles mais próximos da proletarização, não eram “bons sujeitos”. O campesinato deveria se constituir noutro sujeito (operário agrícola, trabalhador assalariado etc.) e, para tanto, deixaria de existir enquanto camponeses. Só assim teria lugar no socialismo, na medida em que o processo revolucionário fosse gestado e dirigido pelo operariado, ou seja, pelos trabalhadores assalariados. A questão central estava em fazer do camponês um “agente da revolução”, para tanto era necessário constituir uma consciência de classe para os camponeses, e isso significava a negação de si mesmos.

A histórica “incapacidade” dos camponeses em construir o novo e em lutar contra os opressores não foi compreendida pela maioria dos teóricos da revolução, na medida em que eram vistos como incapazes de construir o socialismo. Atualmente, contrariando as teses mais ortodoxas, os camponeses e *trabalhadores da terra* apontam que a luta por uma outra sociedade passa por uma “releitura” da classe trabalhadora e pela conjunção das ações políticas inovadoras que possam recusar a fragmentação do trabalho imposta pelo capital, avançando rumo à unificação orgânica do trabalho.

A questão não é saber quem é mais revolucionário, mas compreender a necessidade histórica da superação do capitalismo e construir uma nova sociedade. Para tanto, há que se considerar as diferenças dos sujeitos revolucionários e entendê-las enquanto potencialidades que não “quebram”, mas podem agregar, a partir das diferenças, a unidade revolucionária – a unificação orgânica dos trabalhadores – na luta contra o capitalismo.

“Começamos a ver que os poderes ativos do capital, concentrados nas mãos de uma minoria, sob todas as suas formas possíveis, constituem nossos inimigos mais ativos, e que será necessário não apenas persuadi-los, mas sim derrotá-los e ultrapassá-los.” Williams (1989, p. 403). Eis o desafio para os movimentos sociais e, principalmente, para os movimentos sindicais com cariz revolucionária: criar novas formas de manifestar o desespero e o protesto de milhões de *trabalhadores* que estão sendo expropriados e superexplorados. Não é possível pensar uma ação política transformadora se não considerarmos a diversidade de categorias de trabalhadores e o fortalecimento latente que persiste nas ações políticas por elas construídas.

Não apenas os trabalhadores estáveis – aqueles que possuem carteira assinada, mas também todas as outras categorias precisam ser consideradas no processo de superação das formas de exploração do capital. Não importa se esses trabalhadores estão no campo ou na cidade, isso não tem mais sentido, mesmo porque estão permeados, ainda que de forma diferenciada, pela submissão ao processo de exploração do capital globalizante.

São os movimentos social e sindical que imprimem novas forças revitalizadoras à cidade, e ao próprio campo, na medida em que apontam a perspectiva sócio-histórica da superação daquelas formas espaciais opressoras e excludentes e a construção de novas formas sociais mais humanas e civilizatórias. É a reação humana da cidade à antiga desumanidade da própria cidade e do campo, ou seja, reação contra as formas de apropriação/acumulação, contra as relações de mando e contra a miséria econômica, social e cultural a que foram submetidas milhões de pessoas, que, no entanto, podem e devem se apropriar das condições objetivas e subjetivas para se libertarem das amarras do capital.

Não há dúvida acerca do papel dos camponeses e *trabalhadores da terra* nas revoluções ocorridas no século XX e nos movimentos sociais de maior envergadura na atualidade. As revoluções na China, em Cuba e no Vietnã expressam essa relevância. Ainda, há que se considerar os diversos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária no Brasil, com destaque para o

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assim, como a tradição revolucionária ocidental optou por considerar o proletariado como a vanguarda do processo revolucionário, secundarizando as outras categorias de trabalhadores, ao considerarmos os camponeses e *trabalhadores da terra* como os protagonistas políticos dessa processualidade social e política, não invocamos o mesmo equívoco.

Pensar o novo conteúdo na relação cidade-campo parece algo estranho, uma vez que as idéias estão consolidadas e expressam uma correlação de forças entre os diversos segmentos acadêmicos. Muitos dos quais se enclausuram nos gabinetes e formatam realidades sem considerar que elas estão em constante processo de transformação, agarrando-se às *tábuas de salvação*, “alumiando” o caminho para os menos afortunados cientificamente. O debate sobre a relação cidade-campo é uma das mais importantes formas de adquirirmos consciência das vivências e das experiências, e das ações, decorrentes da crise da sociedade contemporânea. Para tanto, a cautela é uma necessidade, na medida em que não se pode discutir as transformações espaciais sem considerar os processos intrínsecos à pesquisa, pois se corre o risco de tentar compreender as permanências, mas sem considerar o movimento da história.

Essa atitude pode dar satisfação emocional ou intelectual, todavia não propiciará atingir o âmago do problema e/ou da realidade pesquisada. É como se amputássemos a parte mais feia e dolorosa da realidade. A natureza específica do capitalismo não está na utilização de máquinas aperfeiçoadas e/ou de técnicas modernas na agricultura, mas no fato de que a propriedade de *tais coisas* está concentrada nas mãos de uma minoria, portanto, a questão fundante é a necessidade de romper as históricas formas sociais centradas na propriedade dos meios de produção.

A possibilidade de superação está na capacidade de determinação do futuro e na tentativa de dar novo sentido às ações/decisões políticas. Para tanto, há que se apropriar de uma nova consciência, na medida em que o presente não é alvissareiro, mas apresenta as *potencialidades criadoras*,

enquanto condições objetivas e subjetivas para animar uma ação política transformadora, agregando diferentes atores políticos, mas, com o cuidado de que a diferença não seja apenas mais um discurso para manter a “normalidade” do metabolismo social do capital.

LEITURAS GEOGRÁFICAS DO CAMPO BRASILEIRO.

As recentes pesquisas sobre as transformações espaciais no campo brasileiro apontam para uma revalorização do rural. Quase sempre as interpretações estão limitadas ao paradigma da urbanização, centrando as atenções no campo a partir da cidade. Outros apresentam estudos a partir dos modos de vida, das manifestações sócio-culturais, sem, no entanto, abordar as questões da macropolítica, essenciais para compreender a agroindustrialização e seus desdobramentos sociais, ambientais e territoriais.

Conforme Alentejano (2003) não há acordo sobre a revalorização do rural. O autor destaca que, sem considerar o modelo de desenvolvimento agropecuário, não é possível apontar as condições para a realização da reforma agrária, visando a superação radical da estrutura fundiária. Os empresários rurais, parte dos intelectuais e apoiadores no Congresso Nacional defendem a “revalorização conservadora do rural” – a *modernização do latifúndio* mediante a territorialização das empresas rurais, principalmente nas áreas de Cerrado.

Por isso a reforma agrária surge como uma questão essencial para milhares de trabalhadores do campo e da cidade que não possuem as mínimas condições de sobrevivência, em função das intensas transformações espaciais decorrentes da reestruturação produtiva do capital. A redução de postos de trabalho, as demissões em massa, o crescimento da informalidade, a precarização, a complexificação e a heterogeneização do trabalho e as diversas modalidades de sujeição da renda da terra e da superexploração dos trabalhadores recolocam a necessidade histórica da reforma agrária, não como

política compensatória, mas, essencialmente, enquanto *possibilidade de vida* e de potenciação de uma ação política transformadora.

Segundo Silva (1996), há uma nova dinâmica no rural brasileiro, não sendo mais possível pensá-lo a partir somente das atividades agrícolas. Novas formas de renda, inclusive, a renda previdenciária e de atividades não-agrícolas, fazem parte do espectro das atividades rurais, possibilitando uma reflexão cuidadosa acerca do campesinato. Esses atores, em sua maioria, possuem a terra e, paralelamente, vendem a força de trabalho, tornando-se trabalhadores assalariados em algumas épocas do ano. Atualmente, a ampliação de infra-estrutura e de serviços nas proximidades das áreas urbanas, precisamente das grandes cidades, atraem investimentos e novos moradores, criando novas dinâmicas nessas áreas. Todavia, sabe-se que esse processo não pode ser generalizado para todo o território brasileiro, incorrendo em grave equívoco de interpretação das transformações espaciais no campo.

Um dos princípios para essa compreensão é a reflexão sobre a apropriação da terra. O que é novo no rural? A pluralidade das atividades agrícolas e não-agrícolas não pode fazer com que se esqueça à perspectiva política, historicamente construída pelos camponeses e *trabalhadores da terra* – na luta pela terra e pela reforma agrária. Uma nova visão do rural pode implicar em repensar e afirmar a necessidade da reforma agrária, enquanto elemento de (re)arrumação espacial nos diversos territórios, onde os assentamentos forem implementados, implicando pensar o *território do presente*, como condição para a vida, apontando outro modelo de desenvolvimento pautado nas necessidades sociais coletivas.

Segundo Bombardi (2003), a modernidade do capital produziu capitalistas latifundiários e latifundiários capitalistas. O agronegócio – bandeira dos ruralistas – não se cansa de clamar pelo fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos e insistem, em pleno século XXI, na recusa em aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para assegurar o direito a terra àqueles que historicamente lutaram e lutam na defesa da *terra de trabalho*.

E, para essa aceitação, a questão conceitual necessita ser aclarada, pois implica perspectivas teóricas e políticas que denotam uma determinada compreensão da ciência geográfica. Até agora o debate, mascarado pelas formas societárias impetradas pelo capital, viabilizadas pelo Estado e aplaudidas pelos “empreendedores” capitalistas e seus intelectuais, nega a existência da agricultura camponesa e/ou escamoteia a reflexão através da denominação de agricultura familiar. Agricultura familiar e agricultura camponesa não são sinônimas. Ao adotar o conceito de agricultura familiar não é possível explicar a emergência dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária no Brasil e, tampouco, considerar o *ethos de campesinidade* que permeia as relações sociais em diversas áreas no país. As políticas públicas, mascaradas a partir de termos como gestão empreendedora, visam transformar os *trabalhadores da terra* em gestores e pequenos empresários, não compreendendo que não se pode alterar, pela força, a histórica trajetória de *re-Existências* desses sujeitos sociais.

Almeida (2003) aponta o modismo, sem o necessário aprofundamento teórico-metodológico, quando diversos intelectuais propõem substituir o conceito de camponês por agricultor familiar, mais moderno e palatável, inclusive, para as elites, que receiam a “memória de luta” dos camponeses e *trabalhadores da terra*. De fato, ao se adotar a perspectiva da agricultura familiar, ocorre o deslocamento do conflito estrutural da apropriação da terra para a esfera do Estado, e, aparentemente, a reforma agrária não é mais prioridade. Mascara-se a contradição e nega-se a perspectiva política dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*, reforçando os estereótipos construídos pelas elites que não aceitam a reflexão sobre a reforma agrária. Assim, o que está por detrás da disputa conceitual entre agricultura familiar e agricultura camponesa é a perspectiva política de questionamento da ordem vigente, portanto, da estrutura fundiária, que está sendo modificada pela ação dos movimentos sociais rurais que lutam pela terra e pela reforma agrária.

Os camponeses, enquanto classe social, constroem por dentro do trabalho uma ação política transformadora, quando apontam a reforma agrária como a alternativa e contrariam o princípio da lógica capitalista no uso e na exploração da terra. Essa ação é intensificada a partir do momento em que se sentem ameaçados pelo capital e que percebem a possibilidade real da perda da terra. A organização dos atingidos por barragens expressa a concretização da perda da terra, forçando-os a se mobilizarem na defesa da *terra de trabalho*. A experiência da desumanização da totalidade social do capital diante da perda da terra propicia uma consciência da necessidade da luta contra o capital, empurrando-os para os movimentos sociais rurais, que apresentam, de forma embrionária, a luta anticapitalista. A luta é por terra, para se ter as condições de sobrevivência, para se recriarem enquanto camponeses. A conquista da terra significa a territorialização de um modo de vida, lugar da morada e do trabalho, parte indivisa do ser camponês.

Contudo, a luta contra o capitalismo se efetiva enquanto potencialidade, pois ao se lutar e se construir a ação política em favor da reforma agrária pode ocorrer a passagem da “consciência em si” para “consciência para si”. “A dupla e contraditória situação do campesinato em relação ao processo produtivo gera conseqüentemente uma consciência de classe ambígua (...)”. Almeida (2003, p. 85).

Todavia, essa consciência de classe ambígua vai sendo aclarada na medida em que se estabelece o diálogo e a conversação entre as diversas categorias de *trabalhadores da terra* desterritorializados. Segundo depoimentos de camponeses, assistir à condição de desterritorializado, principalmente os pauperizados que vivem nas periferias urbanas, obriga-os a uma ação política unificada, bem como ao reforço da luta pela terra, na medida em que estão “no mesmo barco” e, a continuar o processo de expropriação, em breve, sofrerão as seqüelas da perda da terra.

A LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO SUDESTE GOIANO: Os Povos Cerradeiros.

Na pesquisa realizada com camponeses e *trabalhadores da terra* verificou-se que quando vendem a força de trabalho, ainda que seja em épocas descontínuas e exercendo atividades não-agrícolas, há nexos de relações onde aqueles que são assalariados auxiliam na manutenção daqueles que continuam na terra, até mesmo com a possibilidade de estimularem, com poucos recursos, a próxima safra. É comum, na área de pesquisa, parentes que trabalham em atividades não-agrícolas – agricultores em tempo parcial – enviarem recursos para a unidade camponesa para a aquisição de produtos essenciais na manutenção das atividades na terra.

No Sudeste Goiano verificou-se que cerca de 50% dos camponeses com terra contratam trabalhadores temporários no plantio e na colheita e apenas 15% possuem trabalhadores permanentes. Contudo, a maioria dos *trabalhadores da terra* contratados são camponeses com terra que estabelecem um intercâmbio nas vizinhanças, expressando a natureza de produtor/trabalhador, portanto, vivenciando e experienciando situações diferenciadas que podem potencializar a unificação orgânica em torno da luta pela terra e pela reforma agrária.

A especificidade camponesa está no fato de serem, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, considerando-se ainda que a organização central dos camponeses se baseia numa relação não-capitalista. A especificidade camponesa existe por esta *classe* ser a única a ter a terra (ainda que numa condição transitória) e a força de trabalho amalgamados num só agente social e, por sua vez, operar a partir de uma lógica não-capitalista, que tem como centro o grupo familiar. (ALMEIDA, 2003).

Ainda, parcela significativa dos *trabalhadores da terra* entrevistados – 60% – já possuíram terra, o que evidencia o processo de expropriação e a conseqüente desterritorialização vivenciada. Cerca de 90% são filhos de

trabalhadores da terra, sendo que 60% dos pais ainda residem no campo. A proletarização e a sub-proletarização atingem de forma intensa as novas gerações após a modernização conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado.

Desse fato, o dado mais importante é que 85% dos entrevistados responderam que lutariam por um pedaço de terra, salientando que se tivessem acesso à terra poderiam ter uma vida melhor. Todavia, apenas 55% desses trabalhadores – embora seja a maioria – responderam serem favoráveis à reforma agrária, evidenciando que há travagens na compreensão da luta pela terra. Questionados se lutariam por um pedaço de terra, 76% responderam que sim, mas, parte significativa, cerca de 50%, não entrariam na luta ao lado do MST. Acreditam que o movimento apresenta ações extremistas e que a luta deve ser pacífica, denotando a assimilação das ações empreendidas pela mídia patrocinada pelas elites brasileiras.

O intrincado e complexo metabolismo social do capital imprime suas marcas no campo e nas cidades, em todas as dimensões, inclusive, propiciando visões estereotipadas com o objetivo de assegurar o controle social, a partir dos trabalhadores estranhados, mas também de parcela dos pesquisadores que não reconhecem o espaço contraditório das relações sociais capitalistas, construídas cotidianamente.

É importante ressaltar as diferenças existentes quanto ao conteúdo da noção de propriedade privada para os capitalistas – empresários rurais e para os camponeses. A propriedade privada não assegura uma forma única de agir e pensar, é necessário considerar as relações sociais existentes e, principalmente, a questão do trabalho, ou seja, o sentido do trabalho. Martins (1990) diz que a partir das diferenças de conteúdo no processo de apropriação da terra surgem duas modalidades, a *terra de negócio* e a *terra de trabalho*. A incorporação do conceito de *formação econômico-social* retratando a dialética da unidade na diversidade possibilitou o reconhecimento de um descompasso entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas especializadas, no mesmo território.

Não se quer polemizar com as diversas interpretações acerca do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, mesmo porque isso demandaria tempo e uma extensa revisão bibliográfica, inclusive já realizada por diversos pesquisadores. Quer-se compreender a complexa trama resultante de múltiplas formas de uso e exploração da terra que, combinadas, expressam uma complexificação do território, a partir do momento que os camponeses e *trabalhadores da terra* assumem a dianteira na luta pela reforma agrária.

Nesta perspectiva, uma das questões mais polêmicas se refere à discussão sobre se o campesinato é classe trabalhadora ou não. Thomaz Júnior (2002) afirma que o camponês não pode ser investigado senão enquanto fração da classe trabalhadora. Fabrini (2002, p.36) destaca: “A complexa trama da questão e reprodução como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e as manifestações desenvolvidas por eles.” Ao se adotar a concepção de que o camponês é uma fração da classe trabalhadora, apresentando especificidades no processo de extração da mais-valia, expressa na combinação da renda da terra com o trabalho assalariado, é que se instaura a polêmica sobre o papel político desses produtores/trabalhadores na construção de uma nova sociedade.

Ao compreender o campesinato como uma fração da classe trabalhadora a estrutura do movimento social se altera profundamente, precisamente, do movimento sindical arraigado na fábrica, entendida como o *locus* da produção do valor e, atualmente, vivenciando a perplexidade, diante das sérias debilidades em assegurar uma ação política transformadora. A novidade é perceber que as novas formas de controle social do capital sobre o trabalho alteraram a estrutura interna do modo de vida dos camponeses e *trabalhadores da terra*, possibilitando uma nova articulação do movimento operário com o movimento camponês, reconstituída pelas contradições envoltas no processo de reprodução do capital, que denotam um novo conteúdo das relações cidade-campo e, certamente, ações políticas de cariz nova e transformadora.

Atualmente, crê-se que nada é mais urgente e legítimo do que a luta pela terra e por justiça social através da reforma agrária. Entretanto, como a questão está colocada, nada mais é do que a reafirmação da propriedade privada e do “eterno retorno”, pois não se pode perder a perspectiva histórica da superação do capitalismo e, portanto, do embate de classes, que finalmente derrotará as elites capitalistas e anunciará uma nova sociedade. Deve se ressaltar ainda, mais uma vez que, atualmente, poucos são os movimentos sociais que colocam como perspectiva a derrota do capitalismo, pois a maior parte alimenta erroneamente as reformas, como se elas solucionassem a natureza estrutural da sociedade capitalista.

Conforme Thomaz Júnior (2003c),

É do nosso entendimento que a Reforma Agrária não se restrinja ao universo camponês, ao contrário, é no âmbito do trabalho que temos que fazer valer a “leitura” de mundo da classe trabalhadora. Assim, também é de todos os trabalhadores a conquista de uma política de crédito rural subsidiada e seletiva para os pequenos produtores rurais familiares envolvidos com a produção de alimentos para o mercado interno, mas que também tivesse como referencial uma matriz tecnológica poupadora de insumos químicos e que privilegiasse as forças produtivas sociais, baseada numa política pública de aquisição, armazenamento, estocagem, comercialização e garantia da assistência técnica aos produtos da cesta básica. Ou então, que implementasse o quanto antes o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como forma de compor o plano de ação estratégica do governo Lula rumo à mudança da estrutura fundiária. (THOMAZ JÚNIOR, 2003c, p. 09).

A reforma agrária necessita ser reposicionada no debate político nacional, pois o conteúdo da relação cidade-campo se modificou substancialmente. A velha dicotomia campo, como sinônimo de atraso, e cidade, como sinônimo de progresso, não serve mais para interpretar o espaço brasileiro. No campo existem áreas tão ou mais avançadas que os pólos tecnológicos urbanos e nas cidades existem áreas isoladas e sem qualquer possibilidade de intercâmbio social e cultural.

Os camponeses e *trabalhadores da terra*, ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las deslocando-se para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificando a ocupação das terras, mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. As alterações no perfil do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva do capital, promovem o desemprego e a diminuição na qualidade de vida, possibilitando a diversos trabalhadores enxergarem, no retorno a terra, o resgate da *dignidade roubada* ou jamais conquistada.

Milhares de famílias historicamente desterritorializadas do seu *locus* de trabalho e moradia não conseguem sobreviver nas cidades e ingressam nos movimentos sociais, assegurando um novo conteúdo político à reforma agrária. Na luta pela terra enfrentam argumentos de que não possuem esse direito por não terem experiência na lida com a terra. A ironia é que, quando seus avós e pais foram expulsos da terra e caminharam em direção às cidades, o argumento de não ter experiência não impediu que se tornassem operários e/ou executassem importantes tarefas assalariadas, conforme as necessidades do capital. Entretanto, quando se organizam para terem o direito a terra, são denominados de desqualificados para o labor na terra, como se essa fosse uma condição inerente apenas àqueles que nasceram na terra.

A discussão sobre se os trabalhadores urbanos podem compor as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela terra não faz mais sentido. Primeiro, que a noção de reforma agrária necessita contemplar o maior número de ações que, diversificadas, devem apresentar atividades agrícolas e não-agrícolas, como forma de potencializar renda e trabalho e que considerem o *capital social dos territórios* e as experiências dos assentados. Segundo, que quando os camponeses e *trabalhadores da terra* foram expulsos das áreas rurais serviam para trabalharem nas fábricas. Interessante que não havia nenhuma dificuldade em terem sido camponeses sendo imediatamente transformados em operários. Agora, quando se discute a necessidade de que os trabalhadores urbanos possam

reivindicar terra, brada-se que não possuem nenhuma relação com a terra e que esses assentamentos serão fracassados. Essa argumentação não é verdadeira.

Assim, a existência do campesinato não é uma condição do capitalismo, ao contrário, expressa a luta de *re-Existência* às ações contraditórias, assegurando a existência do camponês, bem como, a sua importância na construção de uma nova sociedade. Dessa forma, está-se em acordo com Fabrini (2002), quando afirma “(...) que não é necessariamente o capital que se trai com a criação e recriação de relações não-capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio da luta.” (Fabrini, 2002, p. 47). Daí depura-se que a existência do camponês se dá pela luta contra as condições adversas colocadas pelo capitalismo e não como algo “criado” pelo capitalismo.

Os camponeses *trabalhadores da terra* são sujeitos revolucionários distintos, pois parcela desses sujeitos sofreu violento processo de expropriação e desterritorialização. Evidentemente, os camponeses que *re-Existem* na terra, contra a expropriação, não estão privados do controle social do capital, que se efetiva mediante a observância da necessidade da terra, sem a qual não é possível sobreviver.

Há que se pensar a idéia da *consciência possível* no processo de arregimentar forças para organizar e mobilizar os trabalhadores, pois a consciência da necessidade da terra, leva-os a se agregarem e a ocuparem os latifúndios improdutivos e produtivos, portanto, a centralidade da ação está na reflexão acerca da *função social da terra* e daquilo que é produzido nessa mesma terra.

A LUTA PELA GESTÃO DO ESPAÇO: A (Re)conquista do Território.

A crise das instituições públicas, que na verdade é a expressão da crise do Estado, promove mudanças no seu papel e, portanto, na sua funcionalidade, o que fez surgir a alternativa reformista denominada “*terceira via*”. Claus Offe (1998) propõe uma *engenharia política híbrida* que articule o Estado, a

comunidade e o mercado, que organizariam uma nova institucionalidade com o intuito de solucionar os problemas advindos do choque das diversas tendências mundiais, pautadas na competição, na produção de novas tecnologias e nas formas de gestão que facilitam o processo de acumulação. Nessa abordagem, o Estado torna-se empresário, assegurando ao mercado as condições de uma atuação “controlada”.

Santos (1998) diz que é necessário outra institucionalidade calcada na reforma do Estado e da sociedade civil, à qual denomina *terceiro setor*. Afirma que a construção de uma nova institucionalidade política necessita partir da refundação democrática do Estado. O processo de flexibilização produtiva do capital e as crises decorrentes no trabalho possuem, como gênese, a necessidade de ampliar as fórmulas de acumulação do capital, que alteram a estrutura produtiva e, sem dúvida, as relações sociais de produção, intensificando a polissemia do trabalho, com ênfase na sua precarização. Sennett (1999) analisa a corrosão que o processo de flexibilização produtiva gera na identidade social dos “novos trabalhadores”, instituídos pelas mudanças no processo produtivo.

Não há uma relação simbiótica entre o trabalhador e a atividade à qual momentaneamente se dedica, ocasionando a dissociação da identidade social do trabalhador com o trabalho. Essa constatação pode ser verificada entre os trabalhadores temporários (bóias-frias), que compreendem os limites para mudança na sua atividade, e se negam a continuar bóias-frias, mas não lutam pela *terra de trabalho*. Mello (1976), em pesquisa sobre a possibilidade do grupo social estudado, no caso os bóias-frias, transformar-se em força social implementando uma práxis transformadora, diz:

(...) o que se propõe aqui é uma tentativa de apreender um potencial negador do sistema, na práxis de um grupo concretamente definido - o “bóia-fria” - num momento histórico em que não há condições para que ele ganhe a autonomia necessária à sua manifestação como força social. (MELLO, 1976, p. 133).

A preocupação era perceber se havia potencial negador do sistema na práxis dos bóias-frias e, caso existisse, em que condições se realizava. A autora conclui que a perspectiva subjetiva dos bóias-frias é a inclusão no sistema e, dessa forma, afirmam a natureza do capitalismo. Entretanto, aponta a impossibilidade desse fator, como se a subjetividade não tivesse as condições para se objetivar, ao passo que negam o seu trabalho, considerando-o degradante e vergonhoso e, assim, se resignam ao perceberem que dificilmente encontram outra colocação no mercado, e se vêem como “incapazes” de uma ação política concreta, aguardando as ações assistencialistas do Estado – *indigência assistida* – e a caridade realizada por entidades religiosas e filantrópicas (MENDONÇA, 2004).

Mas ao afirmar o sistema capitalista, quando salientam a perspectiva de nele inserir-se com melhor qualidade em outras atividades, o bóia-fria, nega-o, pois “(...) consolida também a sua insatisfação com a crescente precariedade de condições de vida a que se vê condenado. Acredita-se poder ver nessa contradição, a existência de um potencial negador do sistema, na consciência do ‘bóia-fria’.” Mello (1976, p. 137). Assim, a dificuldade está em criar as condições para fomentar e operacionalizar a ação política transformadora.

Essa é uma das crises identitárias sofridas pelos trabalhadores – destrói-se o sentido do pertencimento social – criando uma condição de expectativa provisória, que não demanda organização e mobilização, pois essas categorias de trabalhadores ainda são pouco articuladas e, no imaginário social, a sua condição de trabalhador precarizado é identificada como passageira e transitória. Ainda, há que se considerar que não foram adequadamente assimiladas as fraturas e as clivagens provocadas pela flexibilização do processo produtivo, algo que necessita ser compreendido para agilizar e facilitar a ação política.

Cria-se uma condição de instabilidade, de desorganização; uma situação em que não parece haver perspectivas sólidas e positivas. Tanto para os trabalhadores sem-terras, que lutam pela posse da terra, quanto para os

camponeses que possuem pequenos pedaços de terra, mas, principalmente para aqueles que exercem o labor na terra, a incerteza da permanência é algo constante em suas vidas. Isso promove a necessidade de uma *gestão coletiva do território*, pois a ação política orgânica dos trabalhadores brasileiros, seja no campo, seja na cidade, se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias, tendo em vista a contemporaneidade da revolução.

Essa ação só é possível a partir dos movimentos sociais que objetivam contestar a ordem constituída diante das desigualdades regidas pelo capital e que devem ser interpretados na sua dimensão de classe e na sua dinâmica territorial. Os camponeses e *trabalhadores da terra*, inicialmente, insurgiram contra a dominação das pessoas através do cangaço e do messianismo e, apenas mais tarde, organizaram-se com o intuito de questionar a estrutura macroeconômica. Essas ações pontuais foram se geografizando, possibilitando a permanência de uma *memória militante*, fundamental para a ação política emancipatória.

Nas últimas décadas, o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, dentre outros movimentos sociais que lutam pela terra, pela reforma agrária e pela permanência na terra, mobilizaram e organizaram os camponeses e *trabalhadores da terra*, construindo coletivamente um projeto universal para o *(des)envolvimento* social. A reforma agrária passou a ser compreendida como a condição para potencializar a luta contra o capitalismo, assim como para a construção de uma nova sociedade, constituindo-se numa dimensão territorial-nacional.

As principais condições para potencializar a ação política – o enraizamento e o sentido de pertencimento – necessitam ser interpretadas a partir das relações de poder, dos interesses, da *contradição viva* que permeia as múltiplas relações travadas e urdidas na produção/construção das tramas espaciais. Dessa forma, a análise geográfica do território surge enquanto construção da vida e possibilidade de superação da ordem instituída, centrada na

propriedade privada dos meios de produção, expressão material e imaterial das formas determinantes de controle do capital sobre o trabalho.

A conquista da terra significa a *(re)conquista do território*, *(re)arrumado* conforme as necessidades e anseios dos camponeses e *trabalhadores da terra*, todavia, sem que esteja engendrado pelos mecanismos de produção e reprodução do capital. O *(re)ordenamento do território* diante da *re-Existência* do trabalho, significa o primeiro passo rumo ao enfrentamento do estranhamento – *negar a subjetividade do capital* e despir-se das amarras alienantes, constituindo sociabilidades solidárias enquanto condição para a emergência do *homem novo*.

REFERÊNCIAS.

- ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre, São Paulo, v. 2, n. 21, jul/dez 2003.
- ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. Terra Livre, São Paulo, v. 2, n. 21, jul/dez 2003.
- AMIN, S; VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Tradução de B. Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- BOMBARDI, L. M. Geografia agrária e responsabilidade social da ciência. Terra Livre, São Paulo, v. 2, n. 21, jul/dez 2003.
- CÂNDIDO, A. O. Os parceiros do Rio Bonito. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- FABRINI, J. E. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de Paulista, Presidente Prudente.
- GONÇALVES, C. W. P. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. 2003. Disponível em: <http://www.cibergeoagbnacional.com.br/>. Acesso em: janeiro de 2004.
- MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.
- MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. São Paulo: Contraponto, 1998.
- MELLO, M. C. D. O "bóia-fria": acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OFFE, C. The present historical transition and some basic desig options for societal institutions. Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Seminário Sociedade e Reforma do Estado, São Paulo, 26 e 29 de março de 1998.

PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, B. de S. (Org.) A reinvenção solidária e participativa do Estado, Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário Sociedade e Reforma do Estado. São Paulo, 26 e 29 de março de 1998.

SENNETT. R. A corrosão do caráter - conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.

THOMAZ JUNIOR, A (Des)ordem societária e territorial do trabalho (Os limites para a unificação orgânica) In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Departamento de Geografia da FFLCH - USP, São Paulo. Anais... 2003a.

_____. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. Revista Candeia, Goiânia: IFAS, v. 4, n. 6, 2003b.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. Ciência Geográfica, Bauru, ano 9, v.9, n.1, jan. abr., 2003c.

_____. Por trás dos canaviais os nós da cana. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002a.

_____. Por uma geografia do trabalho! Reflexões preliminares. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. Anais... jul. 2002b.

WILLIAMS, R. O campo e a cidade: na história e na literatura. Tradução de P. H. Britto. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

¹ Professor Doutor do Curso de Geografia – Campus de Catalão – UFG. Membro do CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – FCT/UNESP/Presidente Prudente, Coord. pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior. Diretor da AGB Seção Catalão – Gestão 2004/2006. Endereço Postal – Rua Cassiano M. Teixeira, 510. Bairro Santa Terezinha – Catalão-GO – CEP – 75 709 590.

² Professor Doutor do Curso de Geografia – Campus de Presidente Prudente – FCT/UNESP.

³ Termo utilizado para caracterizar as famílias camponesas e de *trabalhadores da terra* que se dedicam à produção dos bens essenciais à sobrevivência. Entretanto, há a produção de excedentes que são comercializados nas feiras locais. Baseia-se nas informações dos trabalhadores investigados que alegam ter como prioridade a mesa farta, o paiol cheio, porcos no chiqueiro, leite e derivados etc. Na inexistência de um termo mais adequado para caracterizar essa situação, visto que *agricultura de subsistência* não consegue abarcar a importância das atividades exercidas e o objetivo social desses sujeitos sociais, optou-se por utilizar, ainda que com riscos, a denominação de “agricultura da abundância” para aqueles que se orgulham de ter a “tulha cheia”.

⁴ *Trabalhadores da terra*, termo utilizado quando nos referimos àqueles que exercem labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc. que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária.

⁵ No Brasil esse debate, herdeiro das teses da diferenciação social do campesinato (Lênin, Kaustsky e outros) foi desenvolvido principalmente pelos *pecebistas*, destacando-se Inácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e outros.